



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO E BEM ESTAR SOCIAL, DIR. HUM. E CIDADANIA

PARECER Nº 20/2022

Projeto de Lei nº 160/2021

Dispõe sobre a denominação da Rua Sete do Jardim Flórida.

Autor: Vereador Daniel Laranjeira

Relator: Vereador Luiz Carlos Silva Meira

I – INTRODUÇÃO

A proposição de autoria do Exmo. Vereador Daniel Laranjeira, busca autorização legislativa para a denominação da Rua Sete do Jardim Flórida, homenageando a família de Otília de Moura Dias.

As justificativas foram trazidas aos autos pelo autor e anexadas ao Projeto de Lei, que resumidamente abaixo transcrevo.

“Otília de Moura Dias, ou Tílinha, a qual era chamada carinhosamente pelos familiares e amigos mais próximos, casada com Valdemiro Dias de Oliveira, 39 anos de casada e tendo os filhos: Vladimir, Isabel Cristina e Fernando, todos casados e já com 4 netos.

Nascida em Cravinhos-SP e vivida na cidade de Ribeirão Preto e posteriormente vindo para a Grande São Paulo e assim pode chegar em Hortolândia no dia 08/05/1982, residindo no Remanso Campineiro e Vila Real, onde quase todo tempo teve suas ocupações nos serviços do lar e em poucos intervalos fazia amizades com vizinhos e por ora com comerciantes de rua, os quais acredito que foram evangelizados pela fé em Jesus Cristo, pois nunca perdeu oportunidade de falar do amor do seu Mestre que era o seu real motivo de viver.

Sendo membro da 1ª Igreja Presbiteriana (aquela próxima da antiga estação de trem), ali fez amizades eternas, e foi ali que era o seu melhor lugar, onde cantou louvores, ouviu muitos corais dos quais também fez parte, pois a música era a sua alegria!

Uma mulher de um sorriso lindo, em sua face resplandecia o amor de Deus pelas pessoas que depositou seus sonhos nas mãos do seu Deus, embora a vida terrena tenha as suas tribulações e realidades, mas que não a impediu de plantar sementes eternas por onde passou e também se emocionou por muitas vezes.

Acreditamos que ela fez o melhor, e por isso estamos de pé como cidadãos e firmes na Fé. Viveu em Hortolândia por apenas 24 anos. chegamos aqui em 5 pessoas e hoje somos em 15 (entre noras, genros, netos e um bisneto).

Hoje, Dona Otília, nos honramos de ter o seu nome firmado em solo Hortolandense. Nos continuaremos sua missão.” (sic)

A proposta foi analisada na Comissão de Justiça/Redação, quando recebeu parecer favorável.

As competências da Comissão COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO E BEM ESTAR SOCIAL, DIR. HUM. E CIDADANIA, está disciplinado na Resolução nº 97, de 22 de Dezembro de 2008 – que Instituiu o Regimento Interno da Câmara Municipal de Hortolândia, de modo que extraímos o dispositivo em comento, verbis:

Art. 88. Compete à Comissão de Desenvolvimento e Bem Estar Social, Direitos Humanos e Cidadania examinar e emitir parecer sobre os processos referentes à educação, ensino e artes, ao patrimônio histórico, artístico e cultural, aos esportes, às



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

atividades de lazer, à higiene, à saúde e assistência social, direitos humanos e cidadania e, em especial: I - sistema municipal de ensino; II - concessão de bolsas de estudo e auxílio transporte aos estudantes; III - programa de merenda escolar; IV - preservação da memória da cidade no plano estético, paisagístico, de seu patrimônio histórico, cultural, artístico e arquitetônico; V - examinar emitir parecer sobre os processos relacionados à segurança, às atividades da Guarda Municipal, além de realizar estudos sobre os serviços efetuados pelas polícias civis e militares, propondo sugestões às autoridades estaduais; VI - denominação e alteração de próprios, vias e logradouros públicos; VII - concessão de títulos honoríficos, outorga de honraria, prêmios ou homenagens a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado serviços ao Município; VIII - serviços, equipamentos e programas culturais, educacionais, esportivos, recreativos e de lazer voltados à comunidade; IX - Gestão Municipal do Sistema Único de Saúde; X - vigilância sanitária, epidemiológica e nutricional; XI - segurança e saúde do trabalhador; XII - programas de proteção ao idoso, à mulher, à criança, ao adolescente e ao portador de deficiência; XIII - turismo e defesa do consumidor; XIV - abastecimento de produtos; XV - gestão de documentação oficial e patrimônio arquivístico local. Parágrafo único. A Comissão de Desenvolvimento e Bem Estar Social, Direitos Humanos e Cidadania, também examinará e emitirá parecer sobre os processos referentes aos Direitos Humanos e à Cidadania e, em especial: I - recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas à ameaça ou violação dos Direitos Humanos; II - fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à proteção dos Direitos Humanos; III - colaboração com entidade não governamentais, nacionais e internacionais, que atuem na defesa dos Direitos Humanos; IV - pesquisas e estudos relativos à situação de Direitos Humanos em Hortolândia, no Brasil e no mundo, inclusive para efeito de divulgação pública e fornecimento de subsídios para as demais Comissões da Casa; V - opinar e acompanhar especialmente aspectos atinentes a direito que envolvem a criança, o adolescente e o idoso; VI - opinar sobre aspectos atinentes a direitos daqueles que compõe a minoria como a mulher, o índio, o negro; VII - promover a defesa dos Direitos Humanos em Hortolândia nos termos das Constituições Federal e Estadual; VIII - tomar iniciativa, via prerrogativas legais, para a efetiva defesa do cidadão lesado em seus direitos fundamentais; IX - investigar sobre os problemas de interesse público, que versem sobre a violação dos Direitos Humanos, bem como realizar audiências públicas para esclarecer situações que afetem a construção da cidadania; X - realizar colóquios, simpósios e seminários referentes à promoção de Direitos Humanos e à defesa da Cidadania.

II – VOTO DO RELATOR

Por considerar que a propositura em exame não ofende os requisitos que cabe esta Comissão analisar não vislumbramos óbice para sua regular tramitação e ao final a decisão de mérito no Plenário desta Casa.

Diante do exposto o voto é pela aprovação do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 03 de Março de 2022.

Vereador Luiz Carlos Silva Meira
Relator

Acompanham o voto do Relator:

Vereadora: Marcia Cristina Campos

Vereador: Edivaldo Sousa Araújo

Vereador: Derli de Jesus Athanzio Bueno